



MINUTA DA ATA N.º 17

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, teve lugar a Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Canidelo que decorreu no edifício sede da Junta de Freguesia e foi presidida por Dália Miranda Lopes Eira. Na Mesa da Assembleia estavam, ainda, Maria de Fátima da Silva Ferreira de Sousa, como 1.ª Secretária e Marco António Pinto Rodrigues como 2.º Secretário. -----

A Ordem de Trabalhos foi a seguinte:-----

Ponto Um – Intervenção do Público. -----

Ponto Dois – Período Antes da Ordem do Dia. -----

Ponto Três – Ordem do Dia. -----

a) Discussão e votação do Documento de Prestação de Contas relativos ao ano de 2024;-----

b) Discussão e votação da primeira revisão orçamental para a inclusão do saldo de gerência;-----

c) Apreciação do inventário de bens de obrigações;-----

d) Discussão e votação das atas das sessões anteriores;-----

Ponto Quatro – Informação da Presidente do Executivo.-----

A Presidente da Assembleia deu início à sessão procedendo à leitura da convocatória, dando de seguida a palavra à 1ª Secretária que procedeu à chamada dos eleitos presentes a seguir mencionados: Pedro Manuel Antunes Banhudo, Marco António Pinto Rodrigues, Maria de Fátima da Siva Ferreira de Sousa, Ricardo Miguel Costa Braga, Dália Miranda Lopes Eira, Marcelo Filipe da Silva Teixeira, Ana Amália Jobling Moreira dos Reis Pereira, Eduardo Moreira Gomes, Carla Gonçalves Gomes, Eduardo António Ferreira da Silva, António José Perez Barra, Rui Alberto da Silva Costa, Carla Maria Rodrigues Costa, Nuno César Cidade Bessa, Paulo José Gomes Mouta, Tiago José Novais Matos e João Filipe Gonçalves Gomes Pereira.-----

O eleito Paulo Alexandre Santos Peres, justificou a sua ausência e foi substituído por Alberto Carlos Dias Cardoso.-----

A eleita Susana Isabel Sousa Cancela, justificou a sua ausência e foi substituída por Paulo Alexandre Correia Teixeira.-----

Pelo Executivo da Junta estiveram presentes a Presidente, Maria José Guerra Gamboa Campos, o Secretário, Manuel António Coutinho Ferreirinha, o Tesoureiro, José Manuel Teixeira Cardoso e as Vogais: Graciete Manuela Alves Lourenço, Susana Natália Monteiro Moreira e Sandra Cristina Sampaio de Freitas.-----

Ponto Um – Intervenção do Público: Inscreveram-se para intervir os fregueses: António Lima, Sofia Dias, Maria Fátima Soares, Sara Nunes, Maria do Carmo Moreira, Rosa Maria Tavares e Maria do Carmo Oliveira.-----

António Lima – Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes na Assembleia, congratulando-se por ser possível no nosso País poder-se exprimir-se livremente as suas preocupações, coisa que não é possível noutros países. Pensa ser a segunda vez que aborda o assunto relativo à Rua do Campismo. Apela ao Executivo para alterar a imagem degradante relativa à falta



de salubridade e segurança na Rua do Campismo, indicando que parte da resolução destes problemas é da responsabilidade da Junta. Deixa um contributo pela positiva, passando em primeiro lugar pelo policiamento da rua, dado o abandono de carros na rua, com matrículas abandonadas na rua. Pede a sinalização na rua, dado se tratar de uma rua sem saída para trânsito automóvel. Outra sugestão prende-se com a falta de recolha de lixo, nomeadamente de monos deixados na via pública, entulhos de obra, incluindo placas de amianto. A Rua do Campismo tem passeio que não é cuidado e limpo. O parque de estacionamento não tem pontos de escoamento de água e escorre para o prédio onde vive, tendo se ser acionadas bombas para extração da água daí proveniente. Sugere também uma passadeira na rua, finalizando a sua intervenção pedindo a colocação de sinalética para indicar onde os utentes possam levar os seus animais de companhia para fazerem a suas necessidades fisiológicas. -----

Sofia Dias – Saudou todos os presentes, apresentando um balanço do trabalho do atual Executivo. Reportando-se à última Assembleia do passado mês de dezembro acerca da questão que colocou da ausência de iluminações e decorações alusivas à época natalícia, obteve como resposta da Presidente do Executivo de que o Estado era laico. Ora, é verdade que o Estado é laico, mas não é impeditivo para que as tradições profundamente enraizadas no País de origem religiosa sejam apoiadas e dinamizadas por entidades públicas. O Natal é uma tradição vivida pela esmagadora maioria da população, sendo que a Junta colabora com a Paróquia local e organiza visitas ao Santuário de Fátima, ou seja, há falta de vontade e de coerência entre o discurso e a prática do Executivo. Deu como exemplo, as Jornadas Mundiais da Juventude. O Executivo transfere sempre as responsabilidades para outros naquilo que não foi feito no atual mandato autárquico. Perante as propostas, a Presidente do Executivo não trata das tradições culturais, tal como no caso dos atrasos nos transportes públicos. Governar é tratar das responsabilidades. Canidelo cresceu sem visão de futuro, havendo zonas densamente povoadas, não havendo passeios sem rampas, sinalética sonora e luminosa. Não se governou com um plano, apenas se governou à vista. A Presidente do Executivo diz sempre que não há verbas, que é responsabilidade de outras entidades, não havendo sim tempo e vontade, e sobretudo ambição em encontrar soluções concretas. -----

Maria Fátima Soares – Saudou os presentes, abordando a questão de resposta dos transportes públicos do UNIR, já passados 2 anos, acusado a Presidente do Executivo não se pronunciar junto da Câmara em relação a esta questão. Alerta para um freguês que acumula lixo numa casa abandonada na Rua dos Fortes e as entidades públicas não resolvem esta situação. -----

Sara Nunes – Cumprimentou os presentes, aborda também a questão dos transportes públicos, contando a sua experiência pessoal de neste dia, que às 8h00 não apareceu o autocarro, apenas às 8h30 e teve de pagar 5 euros ao serviço TVDE para levar a filha à escola. -----

Maria Carmo Moreira – Cumprimentou a Assembleia, tomando a palavra também para falar da rede UNIR, dizendo que há autocarros pequenos que não passam na Rua do Corgo e podiam passar, havendo autocarros grandes que fazem o trajeto via Junta de Freguesia, já que a anterior empresa passava com



os seus autocarros nessa rua. Considera que já passou muito tempo e os problemas acumulam-se, sem soluções à vista. -----

Rosa Maria Tavares – Tomou a palavra para referir que não teve autocarro às 07h00, sendo que chegou mais tarde ao destino e de tarde teve de vir a pé de Coimbrões para casa. Noutras zonas de Gaia há mais oferta de autocarros. Sente-se revoltada com esta situação que causa grandes transtornos às pessoas que querem trabalhar ou recorrer a algum serviço. -----

Maria do Carmo Oliveira – Interveio no mesmo sentido, acerca das falhas da Rede UNIR na freguesia, reportando-se à reunião de 27 de janeiro do ano passado com o Presidente da Câmara, sendo que continua a haver falta de paragens. Afirma que os autocarros falham com muita frequência, sendo mais rápido deslocar-se a pé. Considera vergonhosa a situação em face do incumprimento constante da empresa que opera na freguesia. -----

Presidente do Executivo – Começou por cumprimentar todos os presentes na sala, respondendo às questões dos fregueses que pediram a palavra para intervir. -----

Em relação à UNIR, diz que a recolha de assinaturas anunciada pela freguesia Maria do Carmo Oliveira será tida em consideração. Tem sido uma situação desconfortável para o Executivo e para todos os utentes, dizendo que as falhas têm sido recorrentes, lamentando a falta de respostas da empresa da Rede UNIR que opera na freguesia. Já falou com o Dr. Marco Martins que assumiu recentemente a responsabilidade de gestor da Rede UNIR acerca das pessoas idosas que não tem respostas da falta de transportes da zona do Viso e do Corgo. O compromisso do Executivo é tentar agendar a reunião com o Dr. Marco Martins para denunciar esta situação. O Executivo encaminha todas as reclamações à Área Metropolitana do Porto. Afirmou que não há nenhuma linha na freguesia que seja cumpridora escrupulosa dos horários. Relativamente ao sem abrigo da Rua dos Fortes, trata-se de uma pessoa de difícil trato e conflituosa. Já se encontra devidamente sinalizado pelos serviços competentes. É uma pessoa perturbada, tendo períodos em que se encontra muito agitado. Quanto à questão levantada do lixo nas ruas, trata-se de uma desconsideração das pessoas que pretendem transitar nos passeios e não lhes é possível fazer com a devida dignidade. A Junta não pode multar, mas a Câmara pode taxar as pessoas que incumprem as regras de salubridade pública. Quanto à Rua do Parque de Campismo, afirmou já ter falado com o freguês que interveio neste âmbito, dizendo que esses lixos e entulhos despejados na rua é proveniente de fora da zona. A Junta tem pedido sistematicamente o policiamento desta área como de outras na freguesia, mas torna-se inviável ter uma autoridade policial em quase permanência no local para prevenir esta situação. Pediu a colaboração do freguês em facultar os elementos relativos das matrículas deixadas na rua para poder indagar esta questão junto da Polícia Municipal. Trata-se em suma de uma rua que está por fazer dado que há terrenos ainda por urbanizar na rua, e nesse sentido a rua poderá ser feita em toda a sua plenitude com todas as devidas infraestruturas. Em relação à questão do escoamento das águas do parque vai estudar a situação do ponto de vista técnico. -----

Ponto Dois – Período Antes da Ordem do Dia. -----



Inscreveram-se os eleitos: Rui Costa (PSD), Carla Gomes (PS), João Pereira (Não Inscrito em Grupo Político), Nuno Bessa (PSD), Alberto Cardoso (CDU), Eduardo Silva (PS), Tiago Matos (BE) e Rui Costa (PSD). -----

Rui Costa (PSD) – Usou da palavra para enunciar algumas considerações acerca da última Assembleia de Freguesia, começando por se referir à resposta da Sr^a. Presidente do Executivo acerca da intervenção de dois jovens fregueses, em que afirmou e muito bem que o Estado Português é laico e republicano, no entanto o Executivo da Junta não segue esse princípio, antes pelo contrário, senão vejamos: -----

Existe uma forte relação de proximidade entre a freguesia e a paróquia, dando como exemplo as várias participações do pároco em eventos promovidos pela e na freguesia, nomeadamente, a inauguração do Centro Cívico, os Cantares ao Menino, a inauguração do Espaço de Fruição do Espinheiro, e outras mais, com intervenções roçando a propaganda/campanha política. Esta relação de proximidade conta ainda com o alto patrocínio do Município, através do apoio às obras na antiga Igreja com uma dotação financeiras de montante considerável. Mais grave ainda, a autorização e aprovação do projeto de construção da nova Igreja de Candeio, em terreno propriedade do Município, cedido à paróquia em regime de contrato de comodato por 25 anos. Num local, no qual a ASSIC em tempos tentou ali instalar o seu centro de dia, mas que o Município declinou os seus pedidos, acabando por decidir a atribuição das instalações à Paróquia de Candeio, empurrando os idosos da freguesia para as salas do salão paroquial. Por certo que os idosos estariam muito mais bem instalados nas antigas instalações da Seca do Bacalhau. Muito recentemente ainda, o Município decidiu-se pela aquisição à paróquia do terreno onde se realiza a feira semanal da freguesia, digamos que uma espécie de subsídio encapotado. Em conclusão, o Município e a Freguesia de laico ou pouco nada têm. Constatamos também uma grande celeridade da freguesia em “expulsar” os jovens que pontualmente, usufruíam de parte do espaço do Centro Cívico para praticar skate, celeridade essa que não se verifica com a “expulsão” do estacionamento indevido, selvagem e ilegal que ali se pratica diariamente. Quanto aos jovens, estes não dispõem de um lugar para dar largas à prática deste desporto ao ar livre, por sua vez, os automobilistas têm lugar de estacionamento vagos no espaço destinado para o efeito e pura e simplesmente ignoram-nos e estacionam em pleno Centro Cívico. Quando questionado sobre esta prática de estacionamento que ocorre com regularidade, o Executivo respondeu-nos que era um caso de polícia. Até poderá ser, só que a entidade que gere e fiscaliza o espaço, não tem a determinação e a firmeza que se impõe para fazer cumprir o fim a que se destina. Por fim, e para não nos alongarmos muito, abordamos a resposta à questão de limpeza, salubridade pública, conservação e reparação de arruamentos. Certo que a Sr.^a Presidente do Executivo tem toda a razão quando diz que à falta de civismo de quem coloca o lixo junto e fora dos contentores. No entanto, o PSD discorda completamente quando diz que enquanto cidadãos deveríamos limpar junto às nossas portas, cuidar do espaço, ter gosto em o manter asseado. Então nós não pagamos impostos? Gaia é um dos municípios portugueses com a taxa de IMI mais elevada, sendo que grande parte dessa verba não deveria ser canalizada para a limpeza e cuidado das ruas e jardins do



concelho? O mesmo se poderá dizer da manutenção da sinalética vertical, das passadeiras, da conservação, manutenção e reparação da rede viária da freguesia. Gaia arrecada uma receita de IUC bastante considerável, tendo uma das piores redes viárias que se conhece, mais parecem arruamentos do terceiro mundo, tipo, “desvias-te de um buraco e cais logo noutra”. Enfim, parafraseando o Sr. Presidente do Município, existem outro tipo de prioridades. Em relação à hasta pública do prédio situado no Lugar do Verdinho, em resposta à questão colocada pela bancada do PSD, a Senhora Presidente informou desconhecer este procedimento, o que para nós causa alguma estranheza e nos deixa com algumas interrogações. O anúncio foi afixado no dia 17 de dezembro, um dia antes da Assembleia de Freguesia, o que nos deixa a crer que a informação desta decisão foi comunicada em tempo útil ao executivo da Junta de Freguesia, é que se não o foi, no nosso entendimento é muito grave. Em tempos, nesta mesma sala, questionamos o executivo se na freguesia iria ser construída a habitação a custos controlados e rendas acessíveis, ao abrigo do programa do PRR, obtivemos como resposta e passo a citar “Canidelo não vai ser contemplado não existem terrenos disponíveis a preços acessíveis...” Inverdade, e esta hasta pública é prova cabal de que terreno havia, o que não houve foi vontade política, para executar. No espaço de 2 anos a freguesia viu-se espoliada de 2 terrenos, NOS quais poderiam ter sido construídas habitações ao abrigo do programa do PRR, indo ao encontro das necessidades de uma parte da população mais fragilizada da freguesia. 2 hastas públicas, 2 áreas diferentes, 2 valores distintos de adjudicação. A hasta pública realizada em 2023, para uma área de cerca de 4950 m², rendeu aos cofres do município a módica quantia de 1.251,000 euros. Quanto à hasta pública realizada a 26 de março do corrente ano, para uma área de 7538, 70 m² sensivelmente o dobro da primeira, rendeu-se a quantia de 75.387 euros um valor irrisório anedótico de 10 EUR o metro quadrado, ou seja, adjudicado por cerca de 7% do seu valor real, citámos “de referir que o imóvel veio à posse do município através do alvará de loteamento 5372, tendo sido avaliada em novembro de 2024 por perito avaliador contratado ao abrigo do procedimento de contratação pública para avaliação imobiliária, pelo montante de 1.033.686,42 euros”, algo estranho se passa aqui. Mais estranho ainda, o leilão teve apenas e só apenas um proponente virgula sabem quem? “Learning International School Colégio Novo da Maia, SA”, nada mais, nada menos que o proprietário do Colégio Novo de Gaia, recentemente edificado em Canidelo, aqui mesmo ao lado do edifício da junta de freguesia. Terminando a sua intervenção exclamando que dados estes factos concretos que temos e que analisámos, cada um de vós é livre de pensar o que bem entender. -----

Carla Gomes (PS) – Cumprimentou os presentes na sessão, apresentando um “Voto de Louvor pelo Projeto MENA (Menores Estrangeiros Não Acompanhados)” **(Documento A)**-----

João Pereira (Não Inscrito em Grupo Político) – Começou por saudar os presentes na sessão, apresentando uma “Proposta de Recomendação à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia pelo reforço da presença da Polícia Municipal na freguesia e pela realização de um estudo técnico com vista à instalação de um posto de Polícia Municipal na Freguesia de Canidelo”



(Documento B). De seguida, proferiu algumas considerações importantes para reflexão. Uma primeira questão relacionada com a segurança Rodoviária e a eficácia das decisões. Independentemente da proposta por mim apresentada ser aprovada ou não, temo que o desfecho seja semelhante um dia outras recomendações já aqui aprovadas e que ficaram por concretizar ponto dão um exemplo: a recomendação para aumentar a segurança dos peões nas passeadeiras, aprovada e 22 de dezembro de 2021. Até Hoje, nada foi feito. Todos os anos, NOS planos de atividades e orçamentos, Lemos que está em “estudo” Um plano para melhorar a mobilidade. No entanto, aparecem semáforos colocados - não sabemos a pedido de quem, nem com base em que estudo. A falta de sinalização e luminosidade junto às escolas é evidente e confrangedora. Agora, a Câmara municipal de Gaia vai gastar 84000 EUR num concurso Público para recolher dados de tráfego. Pergunto: será mesmo necessário contratar este serviço e externamente, quando a autarquia tem recursos humanos para isso? É mais importante ainda: o que vale afinal o trabalho dos eleitos pela freguesia, se as decisões continuam a vir si? Fala-se em descentralização, mas na prática estamos cada vez mais dependentes do que outros decidem. Chega-se ao ponto de perguntar: para que servem então as assembleias de freguesia? E faz sentido manter executivos locais virgula se a sua função se resume a cumprir decisões da Câmara? Isto é, apenas funções administrativas. Talvez, para alguns, fosse mais simples abrir lojas de prestação de serviços e dispensar os eleitos locais. Uma segunda questão relaciona-se com o crescimento urbano e a qualidade de vida. É obrigação dos eleitos antecipar problemas que afetem o bem-estar da população. Mas, na nossa freguesia, nada foi feito para preparar um impacto do crescimento urbano. Segundo o Observatório Imobiliário de Gaia - portanto parceria Câmara e é Confidencial Imobiliário - Só em 2024, em Canidelo, foram licenciados 36% dos fogos habitacionais de todo o concelho: 1220 fogos. Um número que duplica a média regional. Apresentam isto como uma “visão moderna” e uma “gestão inteligente”. Mas, na prática, temos estrangulamentos em série. A pergunta é simples: que planeamento é este? Uma última questão acerca do IMI e do custo da água. No site da Câmara que OM desceu bastante desde 2013 e que, na altura, era de zero, 50%. Isto não é verdade. Basta consultar o portal das finanças e confirmar que estava em 0,46%. É certo que houve descida até aos 0,36%, mas continua a ser o terceiro valor mais alto do distrito. E apesar de a Câmara dizer que perdeu 7,8 milhões de euros com a redução, alegando que isso “ficou do lado dos munícipes” cerca de 25 EUR por pessoa (em 12 anos)? - Pergunto: com tanto novo licenciamento, com mais habitação, como se perde tanto? E finalmente, a fatura da água. Em 2024, o segundo escalão aumentou 20%. Para um consumo anual de 120 m³, isto representa mais 321 euros por ano. É simplesmente incompreensível. Obrigado pela atenção. Tenho dito. -----

Presidente do Executivo – Agradeceu as questões colocadas, mas que se enganaram no alvo das questões levantadas, dada que se trata de questões de âmbito municipal. Vai entrar em obra a Rua do Fontão e dos Chãos Vermelhos. As hastas públicas referidas, trata-se terreno para equipamento escolar e a outra parcela de terreno vai dar origem a uma Unidade de Cuidados Continuados. Trata-se de terrenos municipais, sendo que a Câmara faz o que for melhor para



os interesses dos gaienses. Quanto ao projeto MENA, já o conhecia e enaltece o alcance dos seus resultados e do respetivo contributo para a integração das crianças que vieram do estrangeiro, de contextos particularmente difíceis.

Nuno Bessa (PSD) – Cumprimentou os presentes na sessão, apresentando um “Voto de Congratulação pela requalificação de uma parcela de terreno no entroncamento da Rua de Belmonte com a Travessa do Picão ao Executivo da Junta de Freguesia” (Documento C)-----

Presidente do Executivo – Começou por agradecer o voto, esclarecendo que se trata de um pedaço de terreno que não é pertença de ninguém, eventualmente uma parcela que sobrou do loteamento, e por isso os trabalhadores da Junta limpam o terreno e trataram de o arranjar com a devida dignidade. -----

Alberto Cardoso (CDU) – Cumprimentou a mesa, o executivo e os fregueses presentes, trazendo à discussão a abertura de um ginásio da Fitness UP que foi criado sem infraestruturas de apoio, nomeadamente de estacionamento, daí o caos que provoca na zona, obrigando até peões terem de circular na via pública, questionando o Executivo se tem conhecimento deste facto e se tem um plano para o mesmo.-----

Presidente do Executivo – Agradeceu a questão colocada, informando que está a tratar junto da Câmara no sentido de solicitar um estudo para organizar o estacionamento na zona, acautelando os interesses dos moradores. -----

Eduardo Silva (PS) – Cumprimentou os presentes na sessão, apresentando um “Voto de Louvor pela Organização por parte da Associação Recreativa Canidense do II Torneio de Ténis de Mesa, em Canidelo” (Documento D)-----

Tiago Matos (BE) – Saudou todos os presentes na sessão, apresentando uma “Proposta de Recomendação por uma rede viária digna para a população de Canidelo”, (Documento E).-----

Presidente do Executivo – Relativamente ao voto de louvor, o Executivo já o tinha igualmente feito, enaltecendo o trabalho efetuado por esta associação em prol da modalidade de ténis de mesa que têm obtido resultados desportivos muito meritórios, fomentando a dinamização desportiva na freguesia. Quanto à rede viária da freguesia, a construção contínua que se opera na freguesia, possibilita um tráfego de trânsito de pesados que têm danificado os arruamentos da freguesia, pelo que entende que só passando esta fase de construção civil em massa, seja possível requalificar a rede viária por um período razoável, dado que as intervenções que se têm feito devido a esta situação não têm uma grande durabilidade. Porém, a Junta em articulação com a Câmara têm delineado um plano de intervenção neste âmbito que já levou à requalificação de vários arruamentos da freguesia, sendo que esse é um processo contínuo. -----

Rui Costa (PSD) – Pediu a palavra para dizer que o terreno junto da URBICOOP foi alvo de um estudo para ser colocado à construção de habitações a custos controlados. O outro terreno junto da sede da Junta foi alvo da construção de um colégio privado. A opção do PSD seria não colocar estes terrenos em hasta pública, mas aproveitando para os colocar ao serviço da população com a construção de habitações com custos acessíveis. O PSD não está contra a iniciativa privada, mas considera que a opção correta seria a de colocar estes terrenos para a construção dessas habitações. -----



Presidente do Executivo – Disse compreender o ponto de vista do Eleito Rui Costa, porém o problema do PRR é um problema do País, havendo um problema de construção pública, dado que há vários concursos públicos que ficam desertos. Afirmou que não se preocupa com a construção de um colégio privado, preocupando-se sim com a qualidade da escola pública. Mais afirmou que este colégio tem feito parcerias solidárias com a ASSIC e com a CERCÍ Gaia. -----

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA – Foram colocados à votação os seguintes documentos: “Voto de Louvor pelo Projeto MENA (Menores Estrangeiros Não Acompanhados)” (Documento A), subscrito pelo PS, foi aprovado por unanimidade; “Proposta de Recomendação à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia pelo reforço da presença da Polícia Municipal na freguesia e pela realização de um estudo técnico com vista à instalação de um posto de Polícia Municipal na Freguesia de Canidelo” (Documento B), subscrito pelo Eleito Não-Inscrito, João Pereira, foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis do Eleito Não-Inscrito, PSD, CDS e CDU e com as abstenções do PS, e BE; “Voto de Congratulação pela requalificação de uma parcela de terreno no entroncamento da Rua de Belmonte com a Travessa do Picão ao Executivo da Junta de Freguesia” (Documento C) subscrito pelo PSD, foi aprovado por unanimidade; Voto de Louvor pela Organização por parte da Associação Recreativa Canidelense do II Torneio de Ténis de Mesa, em Canidelo” (Documento D), subscrito pelo PS, foi aprovado por unanimidade e a “Proposta de Recomendação por uma rede viária digna para a população de Canidelo” (Documento E), subscrito pelo BE, foi aprovado por maioria, com os votos do BE, PSD, CDS, CDU e Eleito Não-Inscrito e as abstenções do PS. -----

Pedro Banhudo (PS) – Pediu a palavra para apresentar uma declaração de voto sobre o sentido de votação da abstenção da proposta do Eleito Não-Inscrito, dado que se trata de uma questão que deve ser colocada diretamente à Câmara, uma vez que não se encontra nas atribuições da Junta de Freguesia. Em relação ao voto de congratulação apresentado pelo PSD, pedindo que o voto fosse endereçado aos trabalhadores da Junta. Sobre a proposta do BE, o Executivo tem conhecimento apurado da questão, sendo preocupações legítimas, daí o PS se abster neste documento. -----

Rui Costa (PSD) – Pediu igualmente a palavra para se pronunciar acerca do Voto de Congratulação disse que não foi endereçado aos trabalhadores da Junta, uma vez que desconheciam que tinham sido os trabalhadores da Junta a fazerem a obra, pedindo apenas que fosse dado conhecimento aos mesmos do voto, no entanto afirmou que iria manter o voto tal como foi apresentado. -----

Ponto Três – Ordem do Dia. -----

a) Discussão e votação do Documento de Prestação de Contas relativos ao ano de 2024. -----

Presidente do Executivo – Usou da palavra para tecer algumas considerações sobre o documento de prestação de contas, realçando que se trata de uma peça técnica que trata das opções que o Executivo tomou, significando um equilíbrio nas contas e num saldo positivo que irá ser reinvestido. Trata-se de um documento que já trabalha com a nova metodologia da contabilidade pública. Disse não haver dívidas, mas não é tudo na gestão pública, mas é obviamente



importante, dado que o quadro de pessoal foi, entretanto, aumentado, apesar dos salários dos trabalhadores serem muito baixos, sendo que a única opção do Executivo tem sido promover os trabalhadores através da mobilidade intercarreiras. Por último, enalteceu o facto de a Junta ser o seu maior financiador, sobretudo graças ao Parque de Campismo. Por último, disponibilizou-se a responder aos pedidos de esclarecimento dos Eleitos que o assim entendessem fazer.-----

Inscreveram-se para intervir sobre este ponto os eleitos: Carla Costa (PSD), Alberto Cardoso (CDU) e Pedro Banhudo (PS).-----

Carla Costa (PSD) – Cumprimentou a mesa, os eleitos e os fregueses presentes e de seguida teceu algumas considerações acerca das contas do ano de 2024, começando por referir que cumprem as regras do equilíbrio orçamental, tal como nos anos anteriores. Ao lermos este documento reparamos que o mesmo segue a estratégia padronizada ao longo deste mandato e do anterior. Salvo as exceções a que a pandemia nos obrigou, constata-se uma gestão semelhante ao longo dos anos, sendo de realçar a não existência de empréstimos bancários, nem dívidas a fornecedores que possam ser considerados em atraso. Não podemos deixar de congratular a gestão responsável no que toca ao endividamento. As despesas de capital, rubrica que traduz as despesas com investimento na freguesia, continua aquém das necessidades e das exigências da freguesia, Como bem sendo habitual, esta rubrica esteve sempre com valores muito inferiores à necessidade real encontrada na freguesia. Desde as necessidades de investimento em património e modernização do parque de campismo, às necessidades de investimento que podemos considerar como corrente, para que os fregueses possam usufruir de melhores condições de mobilidade, ambiente e lazer. Continuamos a ter ruas sem passeios, com buracos, sendo apenas feitos remendos que não resolvem o problema definitivamente. As concretizações dos investimentos carecem de rapidez de execução, como é o caso do Parque Infantil da Tripeira, já previsto no Plano de Atividades para 2018, a sua inauguração só foi concretizada em 2025, 7 anos depois. Estamos a assistir ao mesmo desfecho com o projeto para as novas instalações da Junta de Freguesia, sempre considerada e contemplada com verbas, mas a sua execução é demasiado lenta. É importante o investimento no património da freguesia, fazer com que ele se concretize em período que possamos considerar como útil. Terminou dizendo que o PSD faria uma gestão diferente, tomariam outras opções, ou melhor dizendo, tentaríamos equilibrar as rubricas de despesas correntes e despesas de capital, ainda que não em igualdade proporcional, pois temos a consciência da necessidade das despesas correntes e da sua importância, mas com uma percentagem superior de concretização ao apresentado em 2024 e em anos anteriores, exceto no ano de 2023 onde o valor foi superior.-----

Alberto Cardoso (CDU) – Acerca do Plano de Atividades, questionou o ponto acerca do Conselho Consultivo da Juventude que foi instalado, sendo que a CDU tem um membro que não tem contato com este órgão desde 2023. Apontou ainda a proposta das passadeiras inteligentes, indicando que a passadeira junto ao restaurante Novo Rumo, tem carros estacionado junto desta passadeira, diminuindo a visibilidade dos peões, sugerindo esta sinalética



inteligente. Questionou a data para a intervenção na Rua do Fontão. Terminou a sua intervenção, dizendo ser grave e preocupante haver tantas pessoas, trabalhadoras a terem necessidade de obter apoios sociais, nomeadamente de alimentação e de medicação. Declarou ser necessário haver mais solidariedade e sobretudo cumprir os desígnios da Revolução do 25 de abril de 1974. -----

Pedro Banhudo (PS) – Começou por cumprimentar todos os presentes na sessão. Em relação ao documento de prestação de contas 2024 apresentou um pequeno comentário, dizendo que se trata de um documento baseado numa série de procedimentos e contabilísticos e que possuem o seu enquadramento legal. Este conjunto de normas são rigorosamente fiscalizados por quem de direito, e por tal absteio-nos de comentários que ultrapassam o nosso conhecimento nesta matéria, todavia apreciamos e destacamos a sua apresentação gráfica que permite uma leitura e compreensão de forma fácil de todos os assuntos. Pretende-se que este documento seja um importante instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de se visualizarem, de forma simples e célere, as informações que se julgam suficientes para a avaliação global e acompanhamento da situação financeira, tanto no domínio orçamental como no domínio económico e financeiro. Em termos gerais, destacamos uma elevada execução orçamental quer do lado da receita quer do lado da despesa, representando assim um relatório equilibrado que espelha a política financeira desde que executivo. Da parte da receita registaram-se 86% de execução 1.074.362,16 euros indicador sem dúvida gestão cuidada. No que se refere ao orçamento da despesa, a sua execução corresponde a 93% do orçamentado 1.160.854,97 euros. De referir também que no que concerne aos pagamentos a fornecedores os prazos são cumpridos assim como não existem dívidas a mais de 30 dias. Destacamos pela positiva a indicação de um saldo de gerência de 212.511,60 euros fez boa o que demonstra a saúde financeira da nossa junta de freguesia. De notar que o parque campismo continua a ser a principal fonte de receita desta junta com o valor apurado de 361.407,00 euros. É um documento que espelha de forma inequívoca o rigor, a coerência, o empenho e competência desde executivo dando continuidade a uma gestão transparente, dialogada, participada, dando assim cumprimento às competências próprias e delegadas. Pelo exposto, disse que o PS dava o inteiro acordo à aprovação deste documento. -----

Presidente do Executivo – Agradeceu as reflexões apresentadas pelos Eleitos, nomeadamente na questão do Plano de Atividades que se tem dirigido junto das pessoas que mais precisam de suporte social, nomeadamente dos idosos e de pessoas em idade ativa, cujos rendimentos do trabalho não são suficientes para suprir as suas necessidades mais básicas. Trata-se de uma pobreza, na maioria dos casos encapotada e envergonhada. Acresce a isso alguns fenómenos esporádicos de sem-abrigo. O Executivo tem tido uma atenção particular nestas situações, mantendo-se alerta e vigilante perante as situações de exclusão social que surjam. O Executivo promoveu uma consulta de Psicologia no âmbito da promoção da Saúde Mental, realçando ainda o facto da Junta integrar trabalhadores da freguesia no âmbito do RSI no sentido de capacitar estas pessoas para se integrarem no mundo do trabalho, sendo que de momento a Junta já integrou 4 pessoas neste âmbito. Quanto ao projeto de alargamento do



edifício sede da Junta de Freguesia, já se encontra na reta final das especialidades. Trata-se de uma obra necessária e indispensável para desenvolver um trabalho com maior qualidade em prol dos cidadãos. Agradeceu o trabalho desenvolvido pela Assembleia de Freguesia ao longo do mandato em termos das propostas que foram colocadas, do debate de ideias, tudo com o objetivo de melhorar a condição de vida dos canidelenses. Quanto ao Conselho Consultivo da Juventude não tem sido fácil reunir todos os membros dos partidos e das coletividades que têm assento no Conselho. -----

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – Colocado à votação o Documento de Prestação de Contas relativos ao ano de 2024, foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PS, votos contra da CDU e do PSD e as abstenções do Eleito Não-Inscrito, CDS e BE, sendo que este último apresentou uma declaração de voto.-----

Tiago Matos (BE) – Apresentou um declaração de voto neste ponto, alegando que o sentido de voto do partido de abstenção é no sentido em que reconhece a situação financeira positiva, mas considera que em termos de atividades e de opções políticas devia ter sido feito melhor e de outra forma.-----

b) Discussão e votação do Primeira Revisão Orçamental para a Inclusão do Saldo de Gerência.-----

Presidente do Executivo – Apresentou o documento, enunciando os propósitos da sua elaboração e da necessidade de integrar este saldo para o Executivo poder reinvestir esta verba. -----

Dada a palavra à Assembleia, nenhum Eleito se quis pronunciar acerca desde documento. -----

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – Colocado à votação o Documento da Primeira Revisão Orçamental para a Inclusão do Saldo de Gerência, foi aprovado por unanimidade. -----

c) Apreciação do Inventário de Bens de Obrigações.-----

Presidente do Executivo – Disse que o inventário foi revisitado de forma exaustiva pela funcionária da autarquia, Catarina Castro, pelo que se encontra devidamente atualizado. Contudo, disponibilizou-se a prestar todos os esclarecimentos necessários e a integrar alguma informação que possa estar em falta ou alguma correção que seja necessária fazer. -----

Dada a palavra à Assembleia, nenhum Eleito se quis pronunciar acerca desde documento. -----

d) Discussão e votação das atas das sessões anteriores.-----

A Presidente da Assembleia deu à palavra aos membros da Assembleia para se pronunciarem acerca da Ata nº 16, sendo que nenhum eleito se inscreveu neste ponto, pelo que a Presidente da Assembleia colocou de imediato a ata em apreço à votação. -----

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – A Ata nº 16 foi aprovada por unanimidade, com a ressalva de que não participaram na votação os eleitos que não estiveram presentes na respetiva assembleia.-----

Ponto Quatro – Informação da Presidente do Executivo.-----

Neste ponto, a Presidente da Assembleia questionou a Presidente do Executivo que não se quis pronunciar, mas disponibilizou-se para responder aos pedidos de esclarecimentos que lhe fossem colocados. De seguida a Presidente da

